

CIDADEANIA NO CONTEXTO DA POBREZA: PERSPECTIVAS PARA PENSAR O CURRÍCULO ESCOLAR

CIDADEANIA IN THE CONTEXT OF POVERTY: PERSPECTIVES FOR THINKING SCHOOL CURRICULUM

Davi Pereira Gomes¹

Márcio Araujo de Melo²

RESUMO

Neste texto vamos pensar algumas contribuições para o currículo escolar, a partir das reflexões sobre o conceito de Pobreza, Educação e Cidadania. Para tanto, vamos acolher as reflexões que as leituras nos proporcionou durante a realização do curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, ofertado pela Universidade Federal do Tocantis (2018-2019). Pensaremos como é consolidado o processo do exercício da cidadania e como a escola e o processo educacional pode contribuir para como afirma Paulo Freire (2011), em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, o processo de humanização é (des)humanização dos sujeitos. Este texto é de cunho bibliográfico, e o objetivo é apresentar uma discussão sobre os caminhos que currículo escolar pode percorrer para entender os sujeitos, suas contribuições para o currículo e seu lugar de fala na sociedade e no exercício de sua cidadania.

PALAVRAS-CHAVES: Pobreza. Cidadania. Educação.

ABSTRACT

In this text, we will think about some contributions to the school curriculum, based on reflections on the concept of Poverty, Education and Citizenship. To this end, we will receive reflections that, as readings, we provide during the course of Improvement in Education, Poverty and Social Inequality, offered by the Federal University of Tocantis (2018-2019). We will think about how the process of exercising citizenship is consolidated and how the school and the educational process can contribute to the affirmation of Paulo Freire (2011), in his book *Pedagogia do Oprimido*, in the process of humanization (de) humanization of individuals. This text is a bibliographic feature, and seeks to present a discussion about the bedding that the school curriculum can go through to understand the subjects, their contributions to the curriculum and their place of speech in society and in the exercise of their citizenship.

KEYWORDS: Poverty. Citizenship. Education.

¹ Mestrando do Programa de pós-graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura (PPGL) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) . E-mail: dvgomesuft@gmail.com.

² Professor Adjunto II da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura. Professor do ProfLetras. Membro do GT/Anpoll Literatura e ensino. E-mail: marciodemelo33@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, vamos fazer algumas reflexões sobre a origem das condições de pobreza e como ela é entendida pelos sujeitos que vivem nessa condição. Como eles se comportam por meio da educação, da igualdade de direitos e dos meios sociais, e como o currículo pode ajudar ou negar a esses sujeitos o entendimento de sua situação social. Arroyo (2013, p. 10) enfatiza a situação da pobreza da seguinte forma “ Enquanto não se dá a centralidade devida às carências materiais da pobreza, a tendência será reduzi-la a uma questão moral, falta de valores, a mentalidade primitiva em relação ao trabalho”. Assim sendo, vamos enfatizar a questão da origem da pobreza, sua versão moralizante que é imposta pela classe dominante e como que o preconceito e a falta de entendimento dessa condição é prejudicial as questões sociais.

Importa também, refletir, sobre a questão do exercício da cidadania no contexto de pobreza, que é tema desse trabalho, pois focalizaremos que a cidadania é um direito essencial para se viver em uma sociedade, mas que precisamos entender que para sermos cidadão e exercer a cidadania, precisamos de espaços de socialização, tais como: moradia, saúde, educação, que são os direitos básicos e essenciais de cada sujeito. Por fim, vamos particularizar pobreza e currículo; refletir, como o currículo aborda as questões sobre pobreza, de que forma ele trabalha essas questões por meio do processo de escolarização e em que os sujeitos na condição de pobreza pode contribuir para o currículo.

Queremos aqui, pensar a educação como o meio de oportunidades, para que o sujeitos em condições de pobreza, possa então garantir um saber para além dos já construídos no seu processo de amadurecimento como sujeito- mundo, importante também aqui salientar sobre as questões de desigualdades econômicas, sociais e morais que permeiam a sociedade em geral ao garantir aos sujeitos direitos de ir e vir, de moradia, saúde, educação e lazer, mas não negar a eles o processo meio que conduz a esse gozo de direitos, a esse exercício de cidadania.

Produzir discursos de liberdade, de fraternidade e de emancipação e, não garantir democraticamente um acesso viável, seguro e concreto aos pobres se torna uma farsa a medida que condicionamos esse processo de emancipação. Paulo Freire (2011) nós remete a esse pensamento quando afirma que: “Dizer que os homens são pessoas e, como pessoas, são livres, e nada concretamente fazer para que esta afirmação se objetive, é uma farsa” (FREIRE, 2011, p. 50). Assim, é necessário que a luta pela emancipação do homem, pela conscientização, seja plena no sentido de liberdade, de educar-se para sua projeção enquanto sujeito é uma constante na sociedade, que é dividida entre dominantes e dominados.

Os sujeitos que vivem em condições de pobreza sempre são vistos como os preguiçosos, os que não conquistam seu espaço no meio social porque não querem, o que vai sempre recair no campo moralizante e nas falácias da classe dominante, ou seja, a meritocracia, o que não se leva em consideração, ou que não é visto e pensado ao germinarmos esses discursos corriqueiros, são as possibilidades que esses sujeitos tem para realização de algo, ou de se posicionar mediante alguma coisa que os toque, pois essas possibilidades sempre foram negadas a eles, que sempre ouviram os discursos de que são incapazes de produzir, de contribuir para a formação dos sujeitos, são inferiores, o que demonstra que de tanto serem condenados ao nada, já não se acham com voz, nem coragem para resistir a qualquer luta que seja, Arroyo (2013) nos faz um alerta para esse viés ao afirma que:

Percebemos que, na pedagogia, frequentemente ele tem sido compreendido como a escassez de espírito, de valores e, inclusive, incapacidade para o estudo e a aprendizagem. Contudo, sabemos que, ao invés disso, deve-se atentar as privações materiais que impossibilitam uma vida digna e justa a esses sujeitos (ARROYO, 2013, p. 8).

Assim, podemos entender que, a imagem que se tem equivocadamente dos sujeitos em condições de pobreza sempre foram as de marginalização, de pessoas inócuas e que não produzem bens culturais a sociedade. A mídia, é uma grande arma que contribui para que esse pensamento seja reforçado, e apresenta nitidamente uma divisão entre os dominantes e os dominados de forma estarrecedora, o que a mídia emprega-se em fazer é, apresentar as questões de pobreza associadas a violência e a crimes como consumo de drogas, furtos e roubos. Desse modo, ver, o processo de escolarização como um processo de correção social. Neste caso, o acesso a educação serviria como um antídoto contra a pobreza ao moralizar as infâncias e adolescências pobres. O que Arroyo (2013) enfatiza é:

Mesmo as políticas públicas e os programas socioeducativos podem, muitas vezes, carregar uma intenção corretiva e moralizadora, que apela para a educação moral em valores nas escolas. A pobreza, assim acaba sendo vista somente pelo viés educacional, ficando mascarada toda sua complexidade como questão social, política e econômica (ARROYO, 2013, p. 10).

Agindo dessa forma, transferimos as responsabilidades sociais ao processo educacional, que visa uma educação para moralização dos sujeitos em contextos de pobreza e vulnerabilidades sociais. Não assusta a nós um clamor dominante de que é necessário que tenhamos escolas com padrões de moral, ética, e cidadania dominante, que deturpe os saberes maternos e subjetivos para empregar a esses sujeitos culturas, saberes, valores outros. Tais como

escolas militares, que ganham uma imagem de escola modelo, pois exige-se um padrão de disciplina que em muitos casos não resulta em conhecimentos, mas em moralizar as infâncias, em diagnosticar e condenar os mais pobres, a selecionar os “melhores” e marginalizar os demais no sentido de exclusão social.

Não se pode pensar em constituição dos sujeitos sem o viés da alfabetização e do letramento, pois, o ato de alfabetizar é um ato de conscientizar os sujeitos a irem a luta, a lutar pelos seus espaços e garantia de seus direitos como cidadãos que precisam ser incluídos na sociedade com seus bens garantidos em lei e efetivando na sociedade.

2 POBREZA, DESIGUALDADE E EDUCAÇÃO

Miguel Arroyo (2013) nos remete a uma reflexão a respeito do reconhecimento da condição de pobreza. Que a pobreza existe, e constata que ela é visível se olharmos aos nossos arredores, o que é fato e que já sabíamos, mas, diferente modo, não entendíamos como poderíamos entendê-la e de que forma, a pobreza e consequentemente os pobres, são tratados em nosso cotidiano e nos currículos escolares.

Antes de qualquer situação de reconhecimentos dos espaços sociais, dos lugares de fala dos sujeitos e da construção que eles fazem de si e do mundo, é preciso, enfatizar que, para que esse reconhecimento se efetive, é necessário, o processo de escolarização, de educação como uma prática de liberdade, e liberdade aqui no sentido denotativo da palavra, tomar consciência do seu lugar no mundo e das práticas de liberdade como sua construção como sujeitos - mundo e sujeitos - sociais. Na esteira de Freire (2011) eis aí um princípio essencial: “a alfabetização e a conscientização jamais se separam” (Freire, 2011, p.11). Essa conscientização tem que comungar com a ideia de liberdade, do fazer-se sujeito, do reconhecimento de pobreza e partir desse princípio para a liberdade de uma prática política e social.

Enfatizar o processo de escolarização como um ato moralizante é uma das atividades nefastas de uma sociedade dominante, que tem sempre o viés de “generosidade” em relação aos dominados, sempre os vê como pessoas de baixa intelectualidade ou nenhuma, como incapazes de produzir matéria prima para o seu sustento como sujeito social. Pensar os pobres é pensar a grande parte da população de nosso país. As nossas escolas de rede pública recebem esses sujeitos em formação, e nada ou pouco fazem para garantir uma conscientização social, política e de classe. Temos um processo educacional dominante, engessado, cheio de falhas, uma escola que serve ao poder e aos poderosos, que pode tentar enfatizar algo pensando no processo de

alfabetização e letramento social, mas que fica presa aos processos de “higienização social, moral e ética”. Arroyo (2013) nos faz a seguinte reflexão:

Enquanto a pobreza for pensada como uma questão moral, os currículos para os(as) pobres continuaram sendo pensados para moralizá-los(as), não para garantir o direito a eles(as) ao conhecimento, às ciências e às tecnologias. Serão currículos pobres de conhecimentos e repletos de bons conselhos morais de esforços, trabalho, dedicação e disciplina” (ARROYO, 2013, p.11).

Os currículos precisam ser pensados como nos orienta o autor em um processo de libertação, conscientização e produção de conhecimentos, produzindo uma somatória de possibilidades de conscientização de sua condição e de que esse princípio não é estanque, ele é um dispositivo para que possamos nos envolver no processo de luta pela emancipação e pelo não silenciamento das vozes pobres e que precisam de serem ouvidas pelo poder público, pela sociedade e pela escola.

Pensar a pobreza partindo do princípio de escolarização para a liberdade é pensar na conscientização política, de classe e social dos sujeitos em construção de conhecimento, aqui conscientizar não é ideologizar, embora, o ato de alfabetizar é um ato político; já afirmava Paulo Freire (2011) em seu livro *Educação como prática da liberdade*, onde podemos nos acorar com a seguinte afirmativa:

A compreensão desta pedagogia em sua dimensão prática, política ou social requer, portanto, clareza quanto a este aspecto fundamental: a ideia da liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta dos homens por liberta-se. Isso significa que os milhões de oprimidos do Brasil - semelhantes, em muitos aspectos, a todos os dominados do Terceiro Mundo- puderam encontrar nesta concepção educacional uma substancial ajuda ou talvez mesmo um ponto de partida (FREIRE, 2011, p.15).

Desse modo, é necessário que pensemos a educação como um práxis de liberdade, que partindo de uma situação de pobreza, possamos entender que é necessário o olhar por meio da educação, só após esse ato de educar para liberdade que podemos entender a constituição da pobreza. Entender, que ela, é constituída socialmente, que existe um plano gerador de desigualdades, que nada está implícito, mas explícito, negado a muitos pelo poder da palavra, ou seja, o que a classe dominante faz é inculcar ao pobre que ele é pobre porque a natureza assim o quer, que “Deus” o quer que ele viva dessa maneira, é que ele não pode obter ou sair dessa situação, tanto ouvirem esses discursos silenciam-se, sendo usurpado o seu direito a humanização, ao processo de ascensão social, político e financeiro.

É preciso que partamos do princípio do reconhecimento da pobreza e das desigualdades sociais, para que possamos conhecer o processo de humanização que é negado ao pobre, é necessário entender que a pobreza é uma questão política e dominante, que essa máquina geradora de desafetos é uma situação relacionada ao poder, a dominação, a não permissão que os pobres tenham uma educação emancipadora, justa, digna e de qualidade, que ao pobre seja dado o acesso a essa conscientização libertadora, seu lugar no mundo e da garantia de seus direitos como sujeitos sociais. Arroyo (2013) afirma-nos que:

À medida que superamos visões moralizantes e individuais da produção da pobreza, estaremos abertos a reconhecer que a pobreza e as desigualdades sociais, raciais e de gênero estão associadas ao padrão de poder-dominância-subalternização vigente na sociedade. Certos coletivos sociais, raciais e de gênero se perpetuam concentrando o poder, a renda, a riqueza, o conhecimento, a justiça, a força, enquanto os coletivos pobres são mantidos como subalternos e marginais (p.16).

Temos que enxergar e problematizar a pobreza nos termos políticos, sociais, na gestão, nas práticas educacionais e nos currículos, o que exige a consideração das vivências reais dos sujeitos empobrecidos, seja coletivos ou individuais, é preciso que pautemos a questão da pobreza e a centralizemos nas discussões de sala de aulas, é necessário que façamos reflexões a respeito do processo de humanização dos sujeitos, de organizar os currículos, pautados na conscientização de uma educação libertadora, que possa dialogar com a sociedade em vulnerabilidade, com os povos marginalizados, com as situações problemáticas.

Faz-se necessário olhar a representação do pobre ou desses coletivos marginalizados como seres humanos que precisam de seus espaços respeitados e garantidos, e sua humanização devolvida, pois se constitui no processo de (des)humanização. Essa, tem sido uma das formas mais radicais da produção das desigualdades e das representações dos pobres desfavorecidos em humanidades, por isso, pensados e alocados como primitivos, incultos, imprevidentes, irracionais, sem valores. Esse modo de representação dos “Outros” tem marcado as concepções de sua educação. As políticas e programas de educação dos diferentes, carregam essa inferiorização tão radical por supostamente, não terem atingido a humanidade em seu estado pleno, a tarefa passa a ser torna-los humanos. Paulo Freire (2011) nos orienta a respeito da humanização dos sujeitos:

“Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada” (FREIRE 2011, p. 40).

Dessa forma, podemos salientar que as classes dominantes retiram dos dominandos o bem mais preciosos, que é, o que Freire (2011) caracteriza como o “ser mais”, ou seja, a ideia de poder agir e atuar no mundo social, como cidadãos que exercem o pleno direito da democracia em suas projeções e produção do conhecimento. Aqui, o autor, nos prega um dispositivo para pensarmos o lugar que os sujeitos pobres ocupam no espaço social e político, político no sentido pleno da organização como cidadão, como pessoas e como homens humanizados e livres.

Na próxima seção vamos entender a constituição da pobreza no exercício da cidadania.

3 A CIDADANIA NO CONTEXTO DA POBREZA

Iniciado nossa reflexão sobre os processos de humanização e de educação para liberdade, é preciso entender, alguns conceitos básicos para o exercício da cidadania. Primeiro de tudo é preciso entender que cidadania é um processo do exercício dos direitos sociais, políticos e civis, dentro de uma sociedade democrática de direitos, é o que nos afirma Pinzani e Rego (2014) ao tentar definir o conceito de cidadania.

As diversas formas de as sociedades e de suas instituições entenderem a cidadania e, conseqüentemente, a própria democracia interferem, radicalmente, no estatuto da cidadania como princípio político indispensável à vida democrática. O conjunto dos direitos que compõem o complexo de prerrogativas de um(a) cidadão(ã) e, o que é fundamental, a efetivação concreta desses direitos na vida social são verdadeiros indicadores do grau de profundidade de uma democracia (p. 9).

Somos livres para exercer nosso papel de cidadão de direitos, mas, o questionamento não é somente exercer os direitos, mas como exercer eles em um contexto de desigualdades educacionais, onde o saber de prestígio é somente para elite, o que torna a população pobre menos acessível a saberes mais elevados e a exercer seu papel como protagonista de sua história.

Exercer a cidadania é um processo institucional e democrático, no sentido do acesso a liberdade, a direitos básicos como a saúde, a moradia, a educação, a proteção e o direito

fundamental que é o direito a vida e sua garantia dentro de um estado. Para tanto, cabe também pensar o processo de (des)humanização que esses sujeitos se constituíram, onde se teve a negação do básico, que é o direito a escolarização para liberdade, mas, o que resta a cidadãos que se escolarizaram para formação do trabalho, com objetivos funcionalistas e imediatistas.

São essas reflexões que nos faz pensar no exercício de cidadania como algo falacioso, onde uns exercem o poder e o direito democrático e outros a utopia do poder e de democracia, pois, como afirma Freire (2011, p. 113) “Falar, por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanismo e negar os homens é uma mentira”. Dessa forma, é preciso pensar não somente no exercer a cidadania, mas como ela chega as classes mais pobres, como eles a enxergam e a entendem. Acreditamos, se, esse, o percurso que devemos trilhar nos moldes da educação para a liberdade, de como nós devemos pensar o currículo como ferramenta para fomento de ações e de socialização dos mais pobres e da forma de devolver a esses sujeitos a humanidade e dignidade antes negada.

Partindo do ponto de desigualdades e privação de direitos, podemos, então, entender que temos o direito, mas não podemos exercer como deveríamos, pois somos restritos por outros fatores que somando não nos permite transitar por igualdades sociais, distribuição de renda e pertencimento a classes ou a espaços que deveria ser de todos. Como afirmam Pinzani e Rego (2014, p. 9).

Ao fim e ao cabo, a fruição de direitos, o acesso ao bem-estar social e a autonomia de escolhas dos indivíduos querem dizer, em última palavra, que ser autor(a) do próprio destino constitui a verdadeira medida do grau de democratização realizada em uma sociedade.

Assim, podemos entender que essa fruição tem e deve ser exercida de maneira em que todos possam ser autores de suas histórias e de suas escolhas, fazendo com dignidade e tendo as mesmas oportunidades de exercer sua cidadania de forma democrática, justa e real.

Para entender o exercício de cidadania e direitos democráticos, é necessário antes de tudo de um processo emancipador, que é o processo de alfabetização e letramentos sociais, para que se restabeleça a humanização dos sujeitos que hora (des)humanizados, precisam sair da zona de subumanidade, o que na modernidade, a humanidade não se concebe sem uma subumanidade. Boaventura de Sousa Santos(2009) prossegue recordando que essa realidade é tão verdadeira hoje como era no período colonial. O pensamento moderno ocidental (poderíamos incluir o pensamento educacional e curricular) continua operando mediante linhas abissais que dividem e separam o mundo humano do subumano, de tal forma que os princípios de humanidades não são efetivados para todos(as). Isso fica evidente com as desumanizações

sexuais, sociais, territoriais, étnicas e raciais, ou mesmo em forma de pobreza, violência, nova escravidão, trabalho e prostituição infantil.

Ao refletirmos de como exercer a cidadania no contexto da pobreza, uma tônica nos chama atenção que é “capacidade de voz”, ou seja, a pobreza silencia as pessoas, tirando delas a capacidade de serem ouvidas, em suas angustias, necessidades, anseios, sonhos e virtudes, tornando as pessoas “incapazes” ou seja, não possuem direito de exercer sua cidadania porque não possuem voz ativa, somente passiva, no que se refere ao cumprimento de demandas sociais, políticas e civis, assim silenciar um parcela da população as tornam seguidoras de mandatos sociais, são vítimas de seus próprios medos, e como já adianta os autores Pinzani e Rego (2014, p. 13) “sem o exercício da voz, não é possível interferir na marcha do mundo”.

Silenciados, e inculcados de que são pessoas incapazes de interferir nas decisões sociais, exercer com plenitudes seus direitos, são levados a cumprir tarefas sociais, a serem guiados por dominantes que se usam de “generosidades” sociais, o que Freire(2011) traduz muito bem quais sejam essas “generosidades” da seguinte forma:

Por isto é que o poder dos opressores, quando se pretende amanzar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A “ordem” social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria (FREIRE 2011, P. 41-42).

Por isso, faz-se necessário que a grande generosidade que deva existir é a de está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos em gesto de suplica. Suplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transforme o mundo, que exerçam com dignidade seus direitos, que sejam dados aos sujeitos o poder de fala, de lugar na sociedade, de abertura para que possam entender seus espaços e sua constituição. Pois existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modifica-lo.

Portanto, é preciso salientar que exercer a cidadania no contexto da pobreza é impor princípios de igualdade, em que todas as pessoas são iguais, seja no exercício de direitos civis, políticos e sociais. Temos que lutar por avanços nas oportunidades e na garantia do cumprimento das leis e da seguridade de podermos ascender socialmente por meio da educação, do trabalho digno e de garantia de futuro melhor, sem que possamos ser humilhados pelas instituições e pelo governo, mas que possamos lutar por garantia de vida melhor, de futuro para todos. E poder dar voz aos silenciados pelas desigualdades, todos, temos que de alguma

forma exercer a cidadania e a democracia em um estado de direitos, a liberdade de escolha de modos de vida, de trabalho, de estudos devem ser garantida a todos de modo singular.

4 CURRÍCULO E POBREZA: LIMITES E POSSIBILIDADES

Vamos definir o que é currículo, o currículo pode ser definido como um conjunto de disciplinas, normas e ações que são desenvolvidas nas unidades escolares, assim sendo, o currículo não se resume somente aos conteúdos, mas a todas as ações que envolve o desenvolvimento da aprendizagem dos e alunos. Gimeno Sacristán (2013) nos fornece uma definição ampla de como o currículo pode ser entendido da seguinte maneira

Se por um lado o currículo é uma ponte entre a cultura e as sociedades exteriores às instituições de educação, por outro ele também é uma ponte entre a cultura dos sujeitos, entre a sociedade de hoje e a do amanhã, entre as possibilidades de conhecer, saber se comunicar e se expressar em contraposição ao isolamento da ignorância. (SACRISTÁN, 2013, p. 10).

Assim, observamos que o currículo exerce uma função primordial na formação dos sujeitos, e no desenvolvimento do papel social da escola, ou seja, a escola está para além do currículo e não deve se submeter somente ao que está expresso e sobe normativas governamentais a serem cumpridas.

De fato a pobreza não é contemplada pelo currículo como uma ação ou atividade pedagógica a ser combatida ou esclarecida para os alunos, assim, não há divisão de trabalhos para esclarecer aos pobres sobre sua real situação social e econômica, não há uma disciplina no currículo voltada para orientação escolar, enfrentar os casos de evasão por motivos econômicos, que é, o que mais se tem nas unidades escolares.

Diante desse panorama, associar educação e pobreza não é uma tarefa fácil, mas que exige uma certa complexidade, porque é necessário primeiro entender a pobreza, o que ela é, como agir diante um contexto de pobreza social, econômica e cultural, é porque associamos que para sair dessa situação de pobreza é preciso estudar, ou seja, incutimos no aluno que para uma ascensão social é necessário cruzar o campo educacional para uma profissionalização e valorização social. Arroyo (2014, p. 9) nos orienta que:

Se analisarmos as Diretrizes Curriculares de Educação Básica e as Diretrizes Curriculares de Formação Docente, perceberemos que as referências à pobreza estão diretamente ligadas ao papel da educação como um dos elementos fundamentais para combatê-la; porém, continua não havendo lugar para as vivências da pobreza e para a discussão da sua produção histórica.

Diante disso, mesmo tendo a educação como um norte e campo para que a pobreza seja discutida e entendida, o próprio campo educacional não tem mecanismos para que essas discussões possam acontecer de forma esclarecedoras, seja na formação de professores, seja na atuação docente. O que temos, é uma ampla discussão de que para ter ascensão social precisamos da educação, mas não se tem feito muito para que professores e alunos compartilhem das mesmas discussões, entendam suas situações, e trabalhem, seja no campo da teoria e da prática para que essa realidade seja transformada e a educação cumprir seu papel como transformadora e libertadora como nos afirma Paulo Freire (1986).

Arroyo (2012) apresenta em seu texto as questões limítrofes que temos que romper para entender a pobreza, ou seja, a hegemonia do conhecimento que é deixar esse papel de que ascensão social compete somente ao ato de educar, isso tem que ser desmistificado, pois, é uma forma segregada do contexto da pobreza. Boaventura de Sousa Santos (2009) nos remete a ideia de conhecimento abissal, ou seja, que:

A partir dessa concepção abissal de conhecimento, considera-se que os pobres não produzem conhecimentos válidos, mas apenas reproduzem crenças, opiniões, magias, idolatrias, entendimentos intuitivos ou subjetivos que são incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem aos cânones científicos de verdade. O pensamento moderno, de que os currículos são síntese, acaba por bloquear conhecimentos ou, pelo menos, não trata com a devida atenção os conhecimentos produzidos que podem levar a uma compreensão diferente da pobreza como resultado do círculo repetitivo ao qual nos referimos (p.11).

Aqui podemos observar como o pobre tem sido desconsiderado e tem ficado a margem do currículo, ou seja, seus conhecimentos de mundo, cultural, religioso tem sido desconsiderado por não apresentar uma cientificidade para o cânone, ou seja, o pobre não apresenta nada que interesse o currículo engessado e que normatiza os ensinamentos. Tampouco conseguem pensá-los como sujeitos de conhecimento.

A desterritorialização do pobre, a falta de educação de qualidade e acessível o desemprego e o a culpa da irracionalidade do pobre, tudo isso afeta o currículo, pois é preciso pensar o pobre não como culpado por tudo isso, mas como uma vítima da sociedade dominante, das situações de vulnerabilidade e do descaso coletivo. Mas, pensar não só como algo despreparado e condenado ao submundo, essa não é a proposta, mas pensar a educação como campo de orientação, libertação e agregação de valores a essas pessoas que vivem sob essas condições, que é quase a metade da população do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre educação, pobreza e desigualdades sociais, pensamos em direitos de um país com igualdades de educação e garantias sociais a todos, de maneira que cada um possa ser ouvidos, possam exercer sua cidadania, com direito a ter voz e vez nos campos educacionais, sociais e políticos.

É preciso ouvir as pessoas na situação de pobreza, sua condição social e política. E de que forma ele pode contribuir para melhoria de sua comunidade, de forma a ter como criar mecanismos de crescimento social e democrático. Como nos ensina Arroyo (2014) é preciso ouvir as pessoas em situação de pobreza, ouvir suas queixas e contribuições, valorizar sua cultura, sua maneira de viver e inseri-los no meio social, no currículo escolar, nas políticas públicas e na esfera do conhecimento formal e social.

É refletindo essas questões que esse texto vem contribuir com o pensamento que a educação não é um único caminho, mas é o caminho que garante uma libertação e e desalienação dos povos, que os tira da (des)humanidade e os coloca na posição de sujeitos sociais com direitos e garantias fundamentais. É preciso refletir que na sociedade brasileira a desigualdade social ainda divide os dominantes e os dominados de forma estereotipada, e que é preciso tomar medidas que mude o cenário dessa sociedade sofrida e castigada pelas desigualdades sociais.

Necessário que voltamos nossos olhares, as questões do currículo escolar, que é nosso guia de aprendizagem na educação básica, cada profissional que contribui para construção desse currículo deve pensar na conscientização do pobre, sobre sua condição, e fazer dessa situação um ponto de partida, para estabelecer objetivos e metas a serem alcançadas. O currículo deve sim, voltar-se as questões sociais, as realidades mais remotas possíveis, aos pobres que é o maior público das escolas públicas do Brasil, e pensar os projetos, planos e metas na construção de seus projetos políticos pedagógicos (PPP) como planos de intervenção, socialização e produção de consciência de classe, social e política.

Portanto, é necessário que fique claro que a educação precisa ser libertadora e conscientizadora, que o ato de educar é um ato político e de resistência a um país com grandes desafios, e que precisamos mudar o cenário educacional de um país, o que não é uma meta ou desafio fácil, mas se cada educador, cada profissional fazer sua parte como cidadão e pensar a escola, o currículo, como um lugar de mudanças, pode e dará certo, o processo de emancipação dos sujeitos. Assim, este texto é uma reflexão dos ensinamentos adquiridos no curso de aperfeiçoamento e das lições que aprendemos no dia a dia da sala de aula, que cada leitor possa

se identificar e trabalhar essas reflexões no seu percurso diário de cidadão consciente, político e emancipado.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; SILVA, Maurício Roberto. (Org.). **Trabalho-infância**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos**. In. SACRISTÁN, José Gimeno (Org). **Saberes e Incertezas sobre o Currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Corpos precarizados que interrogam nossa ética profissional**. In: ARROYO, Miguel Gonzales; SILVA, Maurício Roberto. (Org.). **Corpo-infância: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 23-54.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. 50.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas do currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

LEÃO REGO, Walquíria D.; PIRESF. **Dossiê 10 anos do programa bolsa família: Autonomia**. **Revista de ciências Sociais**, João pessoa, n. 38, p. 13-19, abril de 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009.